# Reflexões em torno de populismo e trabalhismo

# Reflections on Populism and Laborism

ANGELA DE CASTRO GOMES Professora Titular da UFF e Pesquisadora do CPDOC/FGV

**RESUMO** O artigo retoma o debate em torno das categorias populismo e trabalhismo, encaminhando uma proposta de reflexão que se articula com o tema do seminário em que foi exposto: história e culturas políticas. A proposta é pensar o populismo como um mito político, situando-o como integrando o imaginário social brasileiro. No caso do trabalhismo, a idéia é considerá-lo uma tradição política pertencente ao campo do pensamento social/político brasileiro. Mas tanto mitos, como tradições fazem parte das culturas políticas de uma sociedade, possuindo suas próprias histórias e graus de consolidação e compartilhamento diversos.

Palavras-chaves cultura política - trabalhismo - populismo

**ABSTRACT** This article takes up the debate on the categories populism and laborism, with a proposal argued in terms of the theme of the colloquium where it was first expressed: history and political cultures. The proposal is to think about populism as a political myth, situating it as a part of the Brazilian social imaginary. In the case of laborism, the idea is to consider it as a poltical tradition belonging to the field of Brazilian sociopolitical thought. So many myths, like traditions, are a part of the political cultures of a society, having their own histories and varying degrees of consolidation and participation.

Key words political culture, laborism, populism

# I- Introdução

O objetivo deste texto é modesto e foi suscitado pelo tema do seminário: história e culturas políticas.¹ O que se pretende, é retomar algumas das reflexões realizadas em artigo denominado "O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito", escrito em 1996 e publicado na revista *Tempo* do Departamento de História da UFF, em 1997. Posteriormente, com um pequeno adendo, esse mesmo texto foi republicado na coletânea *O populismo e sua história: debate e crítica*, organizada por Jorge Ferreira.² Quando convidada a participar da coletânea, hesitei um pouco, mas acabei concordando por motivos que me pareceram válidos e que se referiam, fundamentalmente, à permanente atualidade do debate em torno das categorias de populismo e trabalhismo na história do Brasil recente.

É justamente esse debate que pretendo, mais uma vez, retomar aqui, refletindo sobre suas características e razões de compartilhamento e duração. Certamente vou correr diversos riscos com a proposta que pretendo encaminhar. Contudo, é preciso arriscar um pouco para articular um argumento que, ainda que de forma preliminar, possa avançar e iluminar um debate, ora implícito ora explícito, desenvolvido em torno de conceitos que têm marcado a cultura política do país, nas últimas décadas. Nesse sentido, é bom aproveitar a oportunidade de um seminário que convida, que se constitui em espaço privilegiado para o teste de interpretações.

#### II- Um pouco da história de alguns conceitos

Retomar um texto já conhecido do público acadêmico, implica enumerar razões que justifiquem essa nova incursão. Nesse caso e em primeiro lugar, considerei que era pertinente fazê-lo pela natureza da abordagem do texto: trata-se de um exercício de historiografia que trabalha

<sup>1</sup> Este texto foi escrito originalmente para ser lido em mesa-redonda do seminário "História e culturas políticas", realizado na FAFICH da UFMG, entre 5 e 7 de novembro de 2001. Devido à sua publicação como artigo, sofreu algumas alterações, mas manteve as características de tamanho e linguagem de um texto destinado a um público de ouvintes.

<sup>2</sup> O populismo e sua história: debate e crítica, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

com a história do conceito de populismo, o que continua ainda a ser pouco comum. Quer dizer, meu objeto, em tal artigo, não é a análise de um período ou de um personagem identificados, por parte da literatura que trata do assunto, como populistas. Também não é exatamente o que Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis fazem no livro anteriormente citado, contribuindo igualmente para o mesmo debate.3

No caso do primeiro autor, pode-se ver como é frutífero o mapeamento da presença da referida categoria populismo na imprensa dos anos 1950, o que evidencia uma utilização que se faz "fora" do mundo acadêmico e demonstra como havia conotações ambíguas nessa palavra. Ou seja, que a palavra populismo, com alguma frequência, era usada como equivalente a popular, e em sentido bastante positivo, estando inteiramente desvinculada de qualquer intenção desqualificadora. Dessa forma, é bom registrar que não há um único significado e valor preenchendo a palavra nesse momento, e que ela está longe de ser uma categoria de acusação e de ataque nos embates políticos, como viria a se tornar.

No caso do artigo do segundo autor, a observação mais interessante para as finalidades dessa reflexão, é a que registra não só o crescente e disseminado uso da categoria após o movimento militar de 1964, como também a diversidade de atores políticos que passam a empunhá-la. Nesse caso, se os atores são muitos e inteiramente diferenciados em torno de posições ideológicas, o uso que fazem da palavra populismo tem sempre um mesmo sentido. Ela aí tem, sem a menor dúvida, um tom altamente negativo: é uma acusação, quando manejada no campo da política.

O que tais artigos evidenciam, portanto, é que, por algumas razões e em certas circunstâncias, foi na segunda metade dos anos 1960 que essa categoria se difundiu na academia e na sociedade, ganhando, inequivocamente, um sentido negativo e transformando-se em arma de combate estigmatizadora. Desde então, ninguém, principalmente todos os que fazem política (parlamentar ou não), quer ser identificado como populista, o que significa que há um conhecimento e um consenso sobre o significado dessa palavra. Vale dizer que ela deixou de ser uma mera palavra e se tornou uma categoria que se integrou à cultura política do país: uma categoria que sinaliza para algo mau e indesejável.

No caso de meu próprio artigo, o objetivo era mapear a trajetória de construção acadêmica da categoria, selecionando e acompanhando alquns textos que, a meu juízo, conformaram de maneira mais duradoura seu sentido e valor. Isto é, textos que vão definindo a palavra populismo,

Os artigos são, respectivamente: "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira" e "O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita".

não só como uma categoria com poder explicativo para a política brasileira, como também dando a ela o teor negativo e acusatório, que a consagrará durante a década de 1960. Assim, no artigo, essa categoria que, como qualquer outra, é uma construção intelectual, foi entendida e tratada como um "acontecimento" — uma espécie de "fato" produzido pelo pensamento social brasileiro —, cuja história podia ser "contada". Exatamente por assumir tal perspectiva, era possível perguntar: por quem, quando e em que circunstâncias a palavra populismo começou a ser postulada e utilizada de maneira mais compartilhada? Como essa utilização dialogava com o campo intelectual internacional e nacional? Como se relacionava com os eventos do campo político nacional mais especificamente? Qual foi o seu percurso na produção acadêmica? Qual foi o seu impacto, considerando-se a recepção do sentido que estava sendo proposto para significá-la?

Essa abordagem, ainda pouco freqüentada pelos historiadores, pode ser iluminadora para os usos de uma categoria como populismo, que é exemplar no que diz respeito à circulação de idéias na sociedade brasileira. Ela está carregada de sentidos polêmicos nos círculos acadêmicos, mas tem significados bem precisos para o chamado "senso comum". Está na imprensa há décadas e seu valor como substantivo ou adjetivo tornou-se muito conhecido. Quer dizer, a palavra populismo foi sendo apropriada, lenta e amplamente, por diversos atores políticos e sociais (individuais e coletivos), constituindo-se num dos melhores exemplos do que o sociólogo Anthony Giddens chama de dupla hermenêutica.

Com isso, quero enfatizar que uma categoria pode se tornar um objeto de estudo como qualquer outro, quando submetida à análise. E foi esse meu exercício no artigo. Nele, eu me refiro ao meu livro *A invenção do trabalhismo*, publicado em 1988<sup>4</sup>, onde proponho o uso da categoria trabalhismo para nomear uma experiência da história política brasileira, cujas origens eu mapeava nos anos 1940, mas que fizera carreira para além daquele momento. Assim, o trabalhismo também tinha uma história e se transformava através do tempo, sendo reinventado, ganhando múltiplos significados e diferentes enunciadores: políticos, trabalhadores, líderes sindicais, jornalistas, acadêmicos etc. Logo, trabalhismo era também uma categoria e, evidentemente, não fora criada por mim. O que eu fazia no livro era acompanhar sua *invenção* em um momento histórico datado: o Estado Novo do pós 1942. A meu juízo, tal categoria nomeava, de forma mais palatável, um conjunto de idéias, crenças, valores, símbolos e estilos de fazer política, que passariam a integrar a cultura política

<sup>4</sup> Trata-se do livro A invenção do trabalhismo, São Paulo, Vértice, 1988 (1 ed.) e Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1999 (2 ed.).

partidária e sindical brasileiras a partir dos anos 1940 e que se afirmaria durante os anos 1950.

Portanto, a categoria trabalhismo, proposta pelo discurso estadonovista no bojo da Segunda Guerra mundial e do exemplo político inglês, antecedera, do ponto de vista cronológico de veiculação política, o uso de populismo. Essa categoria lhe era um pouco posterior, como eu então observava, datando dos anos 1950. Contudo, tivera muita força e se impusera, como era fácil constatar em início dos anos 1980, quando o livro estava sendo escrito e as críticas a sua utilização eram ainda pouco numerosas. Como eu queria rejeitar os significados contidos na categoria populismo, mas tratava de um período, de personagens e de experiências aos quais ela se referia, procurei evitar a palavra. Daí a utilização de trabalhismo, historicamente mais precisa e adequada para ressaltar novos significados para um conjunto de idéias e práticas da história política brasileira, especialmente no que se referia à práxis do Estado e à práxis da classe trabalhadora.

Mas do que efetivamente eu gueria me afastar? Por um lado, gueria recusar radicalmente as idéias de uma classe trabalhadora passiva e sem "uma verdadeira consciência", sendo, por isso, manipulada e enganada por políticos cínicos e inescrupulosos que, sem bases partidárias, fundavam sua representatividade em prestígio pessoal. Por outro lado, queria enfatizar as idéias de uma classe trabalhadora sujeito de sua história, que se relacionava com políticos cujas bases de atuação excediam o personalismo e se combinavam com instituições partidárias e sindicais, e também com políticas públicas de alcance social, em parte implementadas. Enfim, queria destacar a existência de uma relação dinâmica entre Estado e classe trabalhadora, em que as idéias e práticas nela contidas são permanentemente reinventadas através do tempo. Assim, a categoria trabalhismo, que eu utilizava para conceituar um fenômeno histórico brasileiro, permitia o afastamento do sentido mais abrangente e desqualificador que a categoria populismo então já possuía. Além disso, trabalhismo também permitia uma aproximação maior com os trabalhos de E.P. Thompson, de Barrington Moore e de outros autores, que, então, começavam a ser mais utilizados, tanto na área das ciências sociais, quanto na de história.

### III- Mais uma vez um debate em torno de conceitos

Os anos 1990, do ponto de vista da história política e da história social do trabalho no Brasil, foram de grande crescimento e enriquecimento. Quando a proposta de republicação de meu artigo foi feita, eu acabara de receber e ler um livro organizado por um conjunto de jovens e bons pesquisadores, com o sugestivo título de Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho. 5 No fim desse livro, está publicada uma entrevista com dois historiadores, Daniel James e Jonh French, que me chamou a atenção pela maneira como o tema do populismo e do trabalhismo eram tratados. A entrevista comentava um conjunto bem considerável de textos mais ou menos recentes da produção brasileira, no qual se poderia incluir os dos próprios organizadores do volume.

Os comentários realizados por esses historiadores, mas que de forma alguma são restritos a eles, sendo compartilhados por outros autores nacionais, evidenciaram para mim o quanto o debate em torno do uso das categorias de populismo e de trabalhismo era, e ainda é, pantanoso e atual. O quanto é extremamente polêmico e, com frequência, como, em tal debate, questões acadêmicas são tratadas como questões políticas, associadas a interesses de partidos ou organizações sindicais. Confesso que tudo isso me surpreendeu e me fez retornar às reflexões que venho desenvolvendo sobre tais categorias. Por isso, considero que destacar alguns dos comentários realizados nessa oportunidade pode ser útil para evidenciar não só o teor e a complexividade desse debate, como também o quanto a trajetória e o trânsito de ambas as categorias merece sistemático acompanhamento e atenção. Quero deixar claro, portanto, que as citações que vou fazer, prestam-se apenas para exemplificar esse ponto, havendo, de minha parte, o reconhecimento tácito de que a diversidade de interpretações sobre um processo histórico, sobre acontecimentos e sobre personagens, não só é legítima, como é útil e necessária, devendo fazer parte do mundo acadêmico.

Portanto, com a intenção precisa de evidenciar a amplitude do debate em torno dessas categorias, cito algumas passagens da referida entrevista. O trecho a seguir responde a uma pergunta dos entrevistadores quanto às críticas feitas ao conceito de populismo pela literatura brasileira mais recente. Parte da resposta de John French <sup>6</sup> é a que se segue:

Acho que há agora uma certa tentação de achar que o conjunto da crítica ao populismo, que é parte da revolução intelectual dos anos 60, está errado e, portanto, de avaliar o populismo nos seus próprios termos. Assim, Getúlio Vargas passou a ser entendido como um reformador social sincero que desejava mudar a vida das classes trabalhadoras para melhor. Entretanto, meu argumento é que a legislação trabalhista nunca foi realmente concebida para ser real e. por isso, seus elaboradores podiam ser tão generosos. Nunca se

Os autores são Alexandre Fortes, Antônio Luigi Negro, Fernando Teixeira da Silva, Hélio Costa e Paulo Fontes. O livro é de 1999 e foi publicado pela editora da Unicamp.

pretendeu que funcionasse, era apenas uma jogada cínica. No entanto, havia uma classe trabalhadora que estava apta a se apropriar dessa legislação social.7

Há também uma outra pergunta sobre como os entrevistados avaliavam o grau de operatividade das categorias trabalhismo e populismo. Alguns trechos da resposta do mesmo historiador são particularmente interessantes para essas reflexões.

É verdade que o trabalhismo tem uma certa profundidade e solidez no Rio, diferente de outros lugares. (...) O trabalhismo no Rio remonta à Primeira República, aos anos de 1890 e ao estabelecimento da habilitação do voto aos trabalhadores do Estado. (...) Mas se você olha para São Paulo não pode usar o conceito de traba-Ihismo para entender o que está acontecendo antes de 1964, porque trabalhismo é uma força organizada minúscula e não tem nenhum peso eleitoral. Ademar de Barros e Jânio Quadros eram dois políticos de tipo muito diferente que partilhavam, por outro lado, muitas das características e do espírito associados à idéia de populismo.8

Em tais considerações, vale observar alguns pontos. De um lado, como o debate e a crítica que envolveram a categoria populismo são vistos como estreitamente relacionados a uma intenção de se "acusar" ou de se "perdoar" um personagem: Getúlio Vargas (ou outros também chamados de populistas). Isso significa que a interpretação que reconhece a existência e o impacto de uma política social e de um discurso trabalhista sobre a classe trabalhadora é entendida como equivocada. por conter intrinsecamente o objetivo de "elogiar" os chamados líderes populistas que, nessa operação, perderiam seus atributos negativos e seriam "absolvidos de suas culpas". Uma estratégia que incorreria em duplo erro. Em primeiro lugar, porque as medidas no campo das políticas sociais (do trabalho em especial) não teriam sido planejadas "para valer". Isto é, o ponto aqui não é discutir até que ponto tais leis foram ou não implementadas e porque isso ocorreu (as resistências e o contexto político). O ponto é o de que já havia o propósito de "enganar" os traba-

8 Idem, p. 189/190.

<sup>6</sup> John French é autor, entre outros, de O ABC dos operários: lutas e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950, São Paulo/São Caetano do Sul, Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. Nesse livro, ele faz uma importante incursão às formas de luta dos trabalhadores, assinalando as diversificadas apropriações por eles realizadas e suas ações como atores políticos, durante todo o período. "Pensar a América Latina: entrevista com Daniel James e John French", op, cit., p. 188. Essa proposição é

mais desenvolvida por John French em *Afogados em leis*, São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2001

lhadores desde o "início", desde a concepção da legislação: ela era um engodo total.

Em segundo lugar e como decorrência disso, os políticos e intelectuais relacionados a tais medidas não poderiam ter qualquer tipo de interesse político para sua formulação e implementação, além do de ludibriar os trabalhadores. Falo de interesses e de projetos políticos e não de boa fé (de uma questão moral), bem entendido. Nessa lógica, como as leis eram feitas para não serem aplicadas, tais lideranças só poderiam ser políticos manipuladores e mal intencionados, querendo enganar o povo. Nesse sentido preciso, portanto, as análises que elaboram uma crítica à categoria de populismo, mas que reconhecem a efetividade da política social varguista não seriam propriamente textos acadêmicos. Do mesmo modo, a advertência que fazem sobre a importância da existência de leis e da possibilidade e capacidade da população delas se apropriar para defender e expandir direitos não é considerada.

Em relação à categoria trabalhismo, é interessante verificar como ela é remetida ao início da Primeira República. Uma percepção, a meu ver, equivocada, pois está sendo lançada para um período anterior às próprias condições históricas que a geraram e a fizeram ter existência política no Brasil. Acredito, por exemplo, que esse tipo de raciocínio permitiria dizer que o presidente Hermes da Fonseca, que promoveu um Congresso Operário nos anos 1910, seria "trabalhista". Permitiria, no limite, considerar que qualquer grupo organizado de trabalhadores que se relacionasse/negociasse com autoridades políticas, ipso facto, era e é trabalhista. Ou seja, a categoria ganharia tanta amplitude e fluidez, que perderia sua eficiência conceitual. Uma crítica já endereçada a outros conceitos, como o de coronelismo, por exemplo.

Há igualmente, no segundo comentário, uma sugestão de que o uso de trabalhismo é bom para o Rio e o de populismo bom para São Paulo, pois nesse estado, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi sempre muito fraco. Ou seja, nessa proposta, as categorias se ligam diretamente a um certo partido, o PTB, ou a nenhum partido, como seria o caso de populismo. O que validaria o emprego da categoria trabalhismo, após 1946, seria o vínculo com o PTB e não com vários outros partidos e com certas práticas sindicais e políticas mais amplas. Além disso, o que fica destacado é que as categorias podem ou não ser adequadas para determinados períodos (como o da república de 1945-64, sempre chamada de populista) e determinadas lideranças.

Esse último ponto é interessante por esclarecer que não é esse o sentido da crítica que faço ao uso de populismo e que outros textos e autores também fazem. Ou seja, não se trata de uma crítica de varejo, mas de atacado, digamos assim. Meu desconforto com a categoria não se deve a que período ou a que personagem ela se aplica, mas a ela

mesma, a seu próprio conteúdo e sentido, ambos desqualificadores. Assim, o que se deseja rejeitar na categoria populismo são as idéias que ela sanciona: a de lideranças orientadas basicamente pelo desejo de manipular o povo/trabalhadores e de um povo que se deixa facilmente enganar, comportando-se frequentemente de forma inconsciente e inconsegüente. Um povo que, como já escrevi, é taxado como inapto ao voto ou, na melhor das hipóteses, ainda não tendo aprendido a votar. Um tipo de interpretação que obscurece as orientações políticas do eleitorado e as várias dinâmicas que presidem as relações entre representantes e representados, quando elas não se encaixam nos modelos teóricos considerados modernos e supostamente existentes nos países chamados desenvolvidos. Resumindo e finalizando essa seção, meu desconforto com a categoria populismo vem do tipo de concepção de política, de políticos e de povo que ela sanciona. Tudo muito simplista e maniqueísta.

## IV- Duas categorias, duas trajetórias, dois estatutos distintos

Com essas preocupações de fundo, quero propor, para maior aprofundamento e debate, uma possibilidade de distinção de estatuto teórico entre essas categorias, que se separam e se aproximam em vários aspectos. Isso talvez possa ser útil para se lidar com elas: com seus vários sentidos e com as resistências e leituras que comportam através do tempo.

Minha idéia é, de um lado, pensar o populismo como um mito político e, como tal, situá-lo povoando o imaginário social brasileiro. De outro lado, pensar o trabalhismo como uma tradição política, pertencente ao universo de fenômenos que integram o pensamento ou as idéias políticas, como se preferir. Mitos e tradições fazem parte da cultura política de uma sociedade, categoria que deve sempre ser entendida como tendo um caráter plural. Do mesmo modo, tem uma história, que data dos anos 1960, nasce nos EUA e suscita debates até hoje, possuindo adeptos e críticos na antropologia, na ciência política e também na história.9 Contudo, mitos e tradições devem também ser pensados como construções intelectuais, possuidoras de dinâmicas diferenciadas, com graus de consolidação e compartilhamento diversos.

Vou inicialmente tratar brevemente do populismo, considerando-o uma das construções míticas mais importantes de nosso imaginário po-

Ver, por exemplo, Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro, "As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política", *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, p. 227-250. Na área de história, há o clássico texto de Serge Berstein, "La culture politique", em J. P. Rioux e J. F. Sirinelli, *Pour une histoire culturelle*, Paris, Seuil, 1997, p. 371-186. Ver também Angela de castro Gomes "Política: história, ciência, cultura etc", Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996.

lítico e social. Comparável, certamente em grau menor, a dois outros mitos extremamente populares: o mito das três raças, que, via miscigenação, sustenta a "democracia racial" brasileira; e o mito do "país bonito por natureza", que remete à exuberância das riquezas naturais do Brasil e, ao mesmo tempo, aos riscos que ela guarda. Dois mitos que têm sucessivas formas de elaboração e expressão ao longo do tempo e que também possuem uma literatura acadêmica que os toma como objeto de estudo, demonstrando suas origens, duração, vitalidade e plasticidade. Lembro, apenas para um registro, os trabalhos de Roberto da Matta e de José Murilo de Carvalho, respectivamente, como excelentes análises sobre cada um desses mitos. 10

Mitos — e vou me servir aqui amplamente de um livro de Raul Girardet de que gosto muito, *Mitos e mitologias políticas*<sup>11</sup>—, são complexos e duradouros sistemas de crenças. São, por definição, ficção e realidade, não estando sujeitos a confrontações que sigam uma lógica racional demonstrativa. Justamente por isso, são formulações que resistem ao tempo e às chamadas provas empíricas. Mitos são formulações com alto grau de coerência e, ao mesmo tempo, com fortes tensões intrínsicas. E mitos políticos existem, como escrevia Francisco Campos nos anos 1930, inspirado em Sorel, para serem acreditados e não para serem discutidos ou testados.

Embora as construções míticas recebam tratamentos diferenciados, são em geral entendidas como um tipo de interpretação da realidade que cumpre algumas funções sociais, que podem se combinar mais intensamente ou não. Seguindo Girardet, de forma muito simplificada, vemos que os mitos podem ser tratados: como uma narrativa que explica as origens e, por isso, as características de um grupo social; como uma idéia-forca capaz de mobilizar e estimular os membros de um grupo para a ação; e como uma mistificação, uma ilusão produzida para lidar com a realidade, sem subordinação a um raciocínio de tipo lógico. Nesse último caso, é bom lembrar, Girardet não está defendendo a idéia de mito como algo que "esconde", que "atrapalha" o conhecimento social. Ao contrário, ele encara os mitos (e sobretudo os mitos políticos com que trabalha), como construções "reveladoras" de uma sociedade; como narrativas que desvelam e falam sobre suas crenças e valores, usando uma rica e complexa linguagem. A idéia de "ilusão" remete aí ao componente imaginário do mito, à sua característica de não compromisso com

<sup>10</sup> Roberto da Matta, "Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira", em Relativizando: uma introdução à antropologia social, Petrópolis, Vozes, 1981. José Murilo de Carvalho, "O motivo edênico no imaginário social brasileiro" em Pandolfi, Carvalho, Carneiro e Grynspan (orgs.), Cidadania, justiça e violência, Rio de janeiro, Ed. FGV, 1999. Murilo retoma, no artigo, como um dos textos fundantes desse mito o célebre livro do conde Afonso Celso, Porque me ufano de meu país, escrito no início do século XX para um público infantil e reimpresso até hoje.

<sup>11</sup> Uso o livro de 1987, São Paulo, Cia. Das Letras.

o "real", razão pela qual podem ter longa duração e grande força de atração para as massas. Tomando o mote de Lévi-Strauss, mitos são bons para pensar.

Quando imaginei tratar o populismo como um mito da política brasileira, recordei-me da análise de Marilena Chauí, feita em um artigo — Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes e messianismo dos dominados¹²—, em que ela aborda esse fenômeno a partir do que chama de uma matriz teológico-política, existente no Brasil (e aí não se faz qualquer datação). Seguindo sua proposta, o populismo nos falaria de características, digamos, das primícias/das origens da sociedade brasileira: fragmentada, verticalizada, hierarquizada, violenta; autoritária, enfim. Tais características existiriam em todas as nossas mais importantes instituições e relações sociais: na família, na escola, no trabalho e na política, naturalmente. Haveria, assim, uma retro-alimentação trágica na dinâmica histórica do país, que sustentaria a mística populista, gerando elites demagógicas, egoístas e voltadas para a manipulação do povo, que, por sua vez, seria sempre presa fácil para apelos messiânicos.

Uma interpretação que, como lembrei anteriormente, ressoa toda uma vasta produção intelectual que remonta à segunda metade do século XIX e cresce na primeira metade do século XX, tendo expoentes como Oliveira Viana e Francisco Campos. Uma produção que, usando a terminologia da época, centrou-se na compreensão da **formação** do povo brasileiro e na sua fundadora carência de organização social e política (logo, algo que teria origem e viria se desenvolvendo desde o século XVI). Uma explicação que se atualizou e ganhou refinamento e implementação na década de 1930, quando propostas de Estado autoritário se expandiram, nacional e internacionalmente.

Uma interpretação que, desde então, passou a comportar classificações de populismo através do tempo e do espaço, guardando-se dele sua "matriz teológica" ou, como estou sugerindo, sua força mítica. Nessa chave, pode-se compreender o recurso a uma tipologia de populismo "de esquerda e de direita" ou de populismo "clássico e neo-liberal", atravessando a política e a sociedade brasileiras, desde 1930 até o século XXI. Assim, a despeito do reconhecimento de certas diferenças entre os tipos¹³, elas se tornariam secundárias; fundamental seria a questão da identificação contínua da presença política de elites personalistas, manipuladoras e egoístas, ao lado de um povo crédulo, apático e/ou inconsciente, mas sempre capaz de ser enganado.

 <sup>12</sup> O artigo está em Evelina Dagnino (org.), Anos 90: política e sociedade no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1994.
13 Uma delas seria a do papel do Estado no modelo "clássico", marcado pelo nacionalismo e dirigismo estatal e o do papel do mercado no modelo neo-liberal, internacionalista e não-intervencionista.

Está comprovada a duração e o inegável poder dessa narrativa, que toca em pontos sensíveis, compartilhados e consolidados das vivências da população brasileira. "Acredita-se" que falta algo ao povo brasileiro, que é tolo e desorganizado, embora seja bom; enquanto suas elites têm algo de mau e maquiavélico. Face a tal crença, assentada na lógica da narrativa populista, a capacidade demonstrativa de estudos realizados sobre prática eleitoral, partidária, sindical e sobre a formação de movimentos sociais se esmaece. Argumentos como o do crescimento do eleitorado entre 1945 e 1964, o da afirmação dos partidos políticos (sobretudo o PTB) e o da identificação de fidelidades partidárias entre o eleitorado, são vãos. Do mesmo modo, a verificação de que os sindicatos do pré-64 eram espaços de participação real dos trabalhadores, cujas liderancas mantinham contatos com suas bases e tinham níveis nada desprezíveis de representação, é inócua. A comprovação de que esses trabalhadores souberam usar a Justiça do Trabalho, o discurso trabalhista e os direitos impressos na Consolidação das Leis do Trabalho para suas lutas, não surte grande efeito. Chamar atenção para as relações entre o "velho e o novo" sindicalismo e para a presença dos velhos partidos na dinâmica política do pós-64, também não têm resultados muito diferentes.

É algo semelhante ao que ocorre quando pesquisas mostram como a variável cor é fundamental para se entender a distribuição das desiqualdades sociais no Brasil (obviamente, não se trabalhando mecanicamente com o indicador). Isso porque, ao lado dessas pesquisas, outras assinalam que ninguém se reconhece como tendo preconceito racial no Brasil, mas todos sempre conhecem alguém que tem o tal preconceito. Ou seja, se a "raça" é uma questão nacional, ela é também um atributo do outro. Assim, a questão do racismo no Brasil é ainda um desafio, bem expresso na elaboração do conceito de "raça social", utilizado para se entender o lugar estratégico da cor nas relações sociais do país, bem como para se reconhecer o "efeito do branqueamento" existente entre nós. É bom, portanto, levar a sério os discursos sobre raça no Brasil e ponderar o papel do mito da democracia racial nessas construções e vivências.14

Do lado da mitologia da natureza, as saúvas, as secas, as queimadas, etc, também acabam sendo minimizadas ante a exaltação das grandezas da terra. Uma terra que, apesar dos pesares, pode ainda ser uma das únicas razões de orgulho para os brasileiros, senão por sua produtividade, pela sua beleza.

<sup>14</sup> Um excelente texto sobre o tema, denso e acessível, é o de Lilia Moritz Schwarcz, Racismo no Brasil. São Paulo, Publifolha, 2001.

Afinal, todas essas distâncias em relação ao "real" fazem parte constitutiva das mitologias. O que, no meu entender, distingue o mito do populismo dos outros dois que estou utilizando nesse exercício, é o fato de que, nos casos da natureza e da miscigenação, a narrativa mítica quer vencer obstáculos e afirmar possibilidades. Essas duas mitologias mobilizam, bem ou mal, a possibilidade de uma esperança, construindo uma visão de mundo que aponta um futuro melhor. Já a mitologia populista faz o contrário. Ela evoca a desesperança e o ceticismo. Ela narra um destino manifesto que se configura como um impasse permanente. É como se houvesse uma "caveira de burro" enterrada no solo político brasileiro, que sela um pacto perverso entre elites e povo, ambos marcados pela ausência de atributos positivos de forma verdadeiramente ontológica.

Figuei matutando que talvez seja por essa razão recôndita e tão óbvia, afinal, que eu tenha tanto desapreço pela mitologia do populismo. Ela é uma narrativa que "rebaixa" a sociedade e a política brasileiras e isso, sinceramente, me incomoda como historiadora e cidadã. Contudo, sei também que trabalhos e críticas de setores da academia não ferem o poder de mitologias, muito ao contrário. Elas os desafiam e se renovam. Assim, o populismo e sua história seguirão seu curso, já que, como escrevi, trata-se de um gato de sete vidas.

Com perdão da brincadeira, foi exatamente para fugir desses sentidos que a categoria possui, e também de seu poder mítico, que procurei utilizar a categoria trabalhismo; e que agora me proponho a pensá-la como uma tradição política. Quero dizer com isso, logo de início, que trabalhismo não possui o mesmo tipo de poder explicativo e mobilizador de populismo. Como tradição, pode-se datá-la e situá-la historicamente de forma bem precisa, não havendo recuos a quaisquer origens remotas, nem enraizamentos em momentos imemoriais de formação da sociedade brasileira.

O trabalhismo deve ser entendido como se constituindo de um conjunto de idéias, valores, símbolos, rituais e vocabulário que passa a se solidificar especificamente a partir da década de 1940. Desde então, começa a circular num circuito que comunica setores de elite com setores populares, ganhando sentidos específicos em cada um desses pólos, em diferentes conjunturas políticas. É evidente que, como ideologia e projeto políticos, o trabalhismo lança raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República, no sentido thompsoniano. Ou seja, se a tradição é inventada no pós-1930, não o é de forma fortuita, arbitrária e a partir do nada. Seu poder de significação e mobilização (a "comunidade de sentidos" que logrou estabelecer) veio justamente da releitura que as elites políticas do pós-1930 realizaram do que ocorreu no terreno das lutas dos trabalhadores, antes de 1930. E dizer isso não é admitir que houve trabalhismo ou trabalhistas no pré-1930.

Ademais, pode-se verificar que, como tradição, o trabalhismo será apropriado e reinventado no pós-1945, tanto por setores sindicais e populares, quanto por setores das elites políticas, especialmente as dos partidos trabalhistas, com destaque para as do PTB.

São, assim, muitos os trabalhismos, mas essas variações remetem a um tipo de historicidade diversa da do mito. Como ideologia política (e me recuso a usar essa categoria com o significado de deformação de idéias), o trabalhismo caracterizou-se por um projeto que se vinculou eminentemente à promessa de justiça social. Antes de 1945, centrou-se na questão dos direitos sociais, desvinculando-os dos políticos e, por isso, pouco contribuiu para o estabelecimento de uma sociedade democrática no Brasil. Aliás, não é casual que então se falasse de uma "democracia autoritária", criando-se um vocabulário paradoxal, mas bem expressivo do projeto político existente naquele momento. No pós 1945, isso se alterou, havendo outra relação entre os direitos de cidadania que integrariam a idéia de justiça social, embora ela ainda permanecesse sendo afiançada pelo Estado.

Não vou me estender nesses aspectos já desenvolvidos em textos meus e de diversos outros autores. O que considero interessante enfatizar aqui, é que o trabalhismo pode ser considerado uma das mais fortes tradições a integrar o que seria a cultura política brasileira. Estou entendendo, portanto, com muitos outros historiadores e antropólogos, que uma cultura política é um conjunto de referências (normas, valores, vocabulário, gestos, rituais, símbolos, etc), mais ou menos formalizadas em instituições (no caso, partidos e sindicatos) e mais ou menos difusas na sociedade. Ela não é homogênea e sofre transformações temporais e espaciais. É uma categoria polêmica, mas sua utilidade vem sendo testada em pesquisas que procuram entender de forma menos abstrata o comportamento e os valores políticos de atores individuais e coletivos.

Quando falo do trabalhismo como uma das importantes tradições da cultura política brasileira, estou destacando claramente o caráter plural do que entendo por uma cultura política. Ela é marcada pela diversidade, pela competitividade e pelo movimento. Destaco, também, que não entendo as tradições como algo rígido; elas são móveis, e sua força e duração vêm exatamente dessa capacidade de mudança, que é grande, mas não arbitrária. Entretanto, as tradições não têm o grau de amplitude e permanência que têm os mitos, igualmente presentes em uma cultura política. Enfim e para concluir, embora o conceito de cultura política seja muito discutível, é também muito produtivo para se trabalhar com mitos e tradições políticas. Foi esse o rumo que essas reflexões procuraram explorar, apostando nas possibilidades de novos trabalhos com a categoria cultura política e de novas reflexões em torno de populismo e trabalhismo.